



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ATA			
Nome da demanda	Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”, em consonância com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Res. n.º 255/2018 do CNJ.	Ata n.º	4/2022
Assunto da ata	Sororidade.	Data	13/06/2022
Local	Plataforma Google Meet	Horário	das 10h10 às 11h49

2.1 – PARTICIPANTES	
Nome	Área
Eleonora Bordini Coca	Desembargadora integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Ana Cláudia Torres Vianna	Juíza Titular integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Maeda	Juíza do Trabalho Substituta integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Adriene Sidnei de Moura David	Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Piracicaba
Célia Regina Diniz de Almeida	Servidora da Escola Judicial integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Francielle Barbosa Prado	Psicóloga da Secretaria de Saúde integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Andréa Azevedo	Servidora representante do Sindiquinze
Eliana de Almeida Teixeira	Recepcionista – Fórum Trabalhista de Jundiáí
Maria Aparecida dos Santos	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiáí
Josélia de Lima Barbosa Pereira	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiáí



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Cleuza Luiza de Souza Cruz	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiá
Gilene Ferreira Barros	Terceirizada – Fórum Trabalhista de Jundiá

2.2 – CONVIDADO	
Nome	Área
Ricardo Regis Laraia	Desembargador do Trabalho

2.3 – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS	
Nome	Área
Luciane Storel	Desembargadora Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário, em férias
Lara de Paula Jorge	Assessora da Escola Judicial integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Paula Toniatti	Secretária de Gestão de Pessoas integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário, destacada com dedicação integral pela Presidência
Eliana Cordeiro Nassif	Diretora da Secretaria de Vara do Trabalho integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário

3 – PAUTA DA REUNIÃO
Sororidade

4 – DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS
<p>A Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca dá início à reunião cumprimentando todos os presentes e relembrando a temática que será abordada na Oficina: a sororidade. Explica que, em relação à sororidade, foram levantadas algumas ideias da Ruth Manus, a partir de um evento da Escola Judicial, ideia de que as mulheres devem apoiar outras mulheres, dar suporte umas às outras, em vez de competir ou julgar. Complementa que o termo surgiu como contraponto ao conceito de fraternidade, já que “<i>frater</i>” quer dizer irmão em latim, e “<i>soror</i>” quer dizer irmã, sendo a ideia de irmandade.</p>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Exma. Desembargadora Eleonora compartilha que a Ruth Manus diz que sororidade é um grande exercício, é aprender a olhar para outras mulheres como olhamos para uma irmã, e que o desafio é tratar as mulheres, mesmo que desconhecidas, como queremos que tratem as nossas irmãs. Sororidade é um conceito e um valor que precisam ser exercitados para termos um mundo mais fraterno, mais acolhedor e para termos mais igualdade. Passa a palavra ao Desembargador Ricardo Regis Laraia, dizendo da importância de que os homens também saibam sobre a sororidade, e pede a ele que fale como vê a sororidade.

O Exmo. Desembargador Ricardo Regis Laraia comenta que conheceu o termo pelas redes sociais da Dra. Patrícia, postadas no grupo “Sororidade em Pauta”. Fala que leu o livro da Ruth Manus, mas que não tinha gravado a origem etimológica da palavra. Diz que os homens têm uma fraternidade de milênios, que um defende o outro de forma natural, instintiva e intuitiva, quando há ameaça à masculinidade. Argumenta que a sororidade para os homens causa estranheza e um temor quase sempre inconsciente, e a primeira reação deles é de desqualificar, como forma de defesa prévia em relação ao outro. Essa reação é comum a todo movimento feminista. Complementa dizendo que acha a proposta muito interessante e importante que as mulheres se unam tal qual já fazem os homens há milênios. Fala da quase ausência das mulheres nas comissões do Tribunal e como elas não são escutadas, são interrompidas ou tem sua fala desqualificada. Acha necessário o movimento de sororidade, de união de forças. Lembra que a Ruth fala que não se trata de um movimento de embate, mas de colocar as coisas no lugar que devem estar, num lugar de igualdade, não de privilégios, de humanidade, e que o feminismo não é contra a masculinidade, é contra o machismo.

A Exma. Desembargadora Eleonora destacou a questão das Comissões e a reduzida representatividade feminina na solenidade de outorga de comendas realizada pelo Tribunal. Ressaltou, ainda, as situações de interrupção de fala e de apropriação de ideias.

Abrindo a roda de conversa, a Exma. Juíza Ana Cláudia Torres Vianna apresentou considerações sobre o exercício da sororidade no âmbito da Vara do Trabalho, pontuando os desafios enfrentados pelas mulheres da unidade e a importância do apoio mútuo para o fortalecimento de todas.

A Exma. Juíza Patrícia Maeda pontuou que no patriarcado as mulheres são socializadas para competirem entre si, com desconfiança. Sororidade seria uma insurgência contra essa situação. Destacou as invisibilidades sociais, que almeja tratar no exercício da magistratura. Falou sobre a criação do grupo Sororidade em Pauta, nascido da percepção do constante ataque às mulheres, que originou um artigo no qual foram abordadas capas de periódicos, uma ameaça a uma Juíza e a representação de uma professora universitária, situações que caracterizavam o ataque às mulheres, suas opções e seu desempenho. Destacou o impacto do grupo na produção de artigos e na vida das integrantes.

A Servidora Andréa Azevedo mencionou o coletivo Mulheres pela Justiça, que visa a apoiar outras mulheres em situação de vulnerabilidade. Apresentou relato do Sindicato, que pela primeira vez elegeu representante feminina para a coordenação da FENAJUFE. Pontuou que a sororidade possibilitou avanços na representatividade feminina nos últimos anos no Tribunal, mas que a solidão percebida em alguns cargos precisa ser modificada com esse apoio entre as mulheres e com a mudança de olhar dos homens.

A Exma. Desembargadora Eleonora registrou que a mudança está acontecendo, com a vitória da sororidade e de homens engajados. Essas conquistas devem ser valorizadas para que se alcance a igualdade e a equidade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Exmo. Desembargador Ricardo Laraia, manifestando-se sobre o que fazer no momento seguinte, mencionou a obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, que destaca a necessidade da consciência de que a relação de opressão faz mal tanto para o opressor quanto para o oprimido, para que seja construída uma relação diferente. Registrou que o feminismo e a sororidade geram medo entre os homens. Por isso, o primeiro caminho é o da consciência para despertar e compreender de forma diferente.

A Exma. Juíza Adriene Sidnei de Moura Davi, destacando a fala do Desembargador Ricardo Laraia, observou que alguns homens temem que o feminismo queira tomar o lugar do machismo, para oprimir os homens. Destacou a dificuldade de falar sobre o feminismo com os homens, o que torna a luta cansativa. Ressaltou a necessidade de falar com serenidade, apesar de não ser fácil, pois se busca a igualdade, bem como que se deve acreditar na palavra da mulher, para construir soluções. As mulheres devem estar presentes no espaço de poder para que exista o olhar para as particularidades das mulheres, sem desconfiança.

A Exma. Juíza Patrícia mencionou a importância de trazer Paulo Freire para a discussão, por sua importância global e pela discriminação que sofre por ser revolucionário. Informou que ele é uma das referências de muitas feministas, dentre as quais a autora Bell Hooks. Pontuou que ao falar de participação feminina é muito importante não imaginar um modelo de mulher, pois deve contemplar todas as mulheres, pois ao tratar de perspectiva de gênero, trata-se da perspectiva dos excluídos. Não se trata de ocupar o lugar dos homens, mas de mudar a sociedade para um modelo comunitário, para que além de ter voz as pessoas sejam ouvidas, buscando-se igualdade substancial e igualdade de condições materiais.

A Exma. Juíza Ana Cláudia registrou que pensa em como aumentar a rede de sororidade e melhorar o nível de consciência destacado pelo Desembargador Ricardo Laraia. Nesse sentido, sugeriu fazer “minutos de consciência” no qual poderiam ser trazidos periodicamente conhecimentos para todas as unidades, apresentando conteúdo de forma rápida e didática, com o envolvimento de todas no assunto, para despertar essa consciência.

A Servidora Célia Regina Diniz de Almeida, destacando o sentimento despertado pela arte, mencionou o curta-metragem “Acorda Raimundo, Acorda”, que poderia ser transmitido em uma das oficinas para trabalhar a questão dos papéis que a sociedade previamente define. Informou que conheceu o termo “sororidade” em um curso sobre o Sagrado Feminino, no qual aprendeu a se respeitar e aos próprios ciclos. Destacando a proposta da Dra. Ana Cláudia, sugeriu a adoção também de música, curta-metragem, poesia e outros recursos de aproximação.

A Exma. Desembargadora Eleonora apresentou relato para demonstrar que a tomada de consciência envolve homens e mulheres, pois assim como o racismo estrutural, nós estamos envolvidos pelo machismo. Ponderou que a tomada de consciência assusta, lembrando que o primeiro evento que o Tribunal realizou sobre questões de exclusão e violência contra mulheres teve pouca participação masculina. Relatou ver mais espaços para questão e sororidade atualmente, mas é necessário evoluir sem assustar. Sugeriu, além dos “minutos de consciência”, rodas para conversar sobre letramento sobre racismo, sobre machismo, para a compreensão das estruturas.

A Exma. Juíza Patrícia destacou a importância das rodas para provocar a reflexão, por ter a ver com o coletivo. Sugeriu a elaboração de proposta para a Administração de revisão da norma que oferece atendimento psicológico apenas para servidores, servidoras, magistrados e magistradas, para estender às pessoas trabalhadoras terceirizadas. Propôs a criação de um espaço kids no Fórum de Jundiá, já contando com a concordância de advogadas da localidade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Trabalhadora Terceirizada Luiza, representando as funcionárias terceirizadas do Fórum Trabalhista de Jundiaí, solicitou a disponibilização de torneiras em alguns andares para facilitar a limpeza dos espaços. Reivindicou campainha no portão, pois necessitam aguardar a disponibilidade dos vigilantes para abrir o portão, além de profissional da saúde, para o acolhimento psicológico. Solicitou ainda um espaço para descanso, pois após o almoço permanecem na cozinha.

A Servidora Francielle Barbosa Prado esclareceu que não há atendimento de saúde institucionalizado para as funcionárias e funcionários terceirizados, mas que seria interessante contar com estrutura para suprir esses atendimentos.

Por fim, a Exma. Desembargadora Eleonora sintetizou as seguintes propostas:

- 1 - rever a norma para atendimento psicológico dos terceirizados;
- 2 - minutos de consciência sobre sororidade;
- 3 - roda de letramento;
- 4 - espaço kids no Fórum Trabalhista de Jundiaí;
- 5 - mais pontos de água para limpeza do Fórum Trabalhista de Jundiaí;
- 6 - instalação de campainha no portão de acesso ao Fórum Trabalhista de Jundiaí;
- 7 - espaço de descanso para as terceirizadas no horário do almoço.

A Exma. Desembargadora Eleonora, destacando trecho do livro da autora Ruth Manus, agradeceu a presença de todas, bem como do Desembargador Ricardo Laraia, e encerrou a reunião.

5 – APROVAÇÃO DA ATA

Elaborada por	Juliana Hauptmann Borelli Thomaz Paula Toniatti
Revisada por	Grupo de Trabalho da Participação Feminina
Considerada aprovada em	10/8/2022